



VISITA AO ASSENTAMENTO PEDRO EZEQUIEL DE ARAÚJO: REALIDADE E PRÁTICA EDUCATIVA

Erineide da Costa e SILVA, professora de Geografia, erineide@cefetrn.br

Fabiana Teixeira MARCELINO, Psicóloga, fabiana@cefetrn.br

**Centro de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – UNED Ipanguaçu, Base Física, Zona Rural, s/n,
fone/fax: 84-3335-2303**

RESUMO

O Assentamento Pedro Ezequiel de Araújo faz parte da desapropriação da Montenegro Agropastoril S/A – MASA, conhecida como a “fazenda do Major Montenegro”. Essa fazenda compreendia cerca de 30 mil hectares – dos quais 15 mil foram destinadas a esse assentamento, cuja comunidade residente inclui em grande parte arrendatários e descendentes da época em que o Major Montenegro administrava a fazenda. As relações de arrendamento estabelecidas àquela época deixaram fortes traços histórico-culturais na comunidade. Essa realidade foi constatada nos relatos dos antigos moradores, quando da visita ocorrida em 26 de março de 2008, por parte dos servidores do CEFET - UNED Ipanguaçu a algumas das agrovilas desse assentamento: Itu, Picada (local da antiga sede administrativa da fazenda) e Porto com intuito de melhor conhecer sua realidade, na perspectiva de possíveis intervenções. Nesse momento, a comunidade apresentou aos servidores as características dessas agrovilas, as necessidades e as expectativas em relação à atuação do CEFET em prol do desenvolvimento do assentamento, ficando evidente os anseios da comunidade em relação à intervenção do CEFET/UNED Ipanguaçu quanto à orientação de futuros projetos de extensão voltados para agroecologia, empreendedorismo, problemas ambientais, principalmente pesquisa sobre a qualidade da água, identidade cultural local e promoção da auto-estima. Foi um momento gratificante por propiciar aos servidores melhor conhecimento da realidade local, bem como reflexão sobre a prática educativa e responsabilidade diante das expectativas que a comunidade tem em relação ao CEFET-RN para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: fazenda, Major Montenegro, assentamento, comunidade.

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Ensino Descentralizada de Ipanguaçu do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – UNED Ipanguaçu - CEFET-RN, localiza-se na zona rural do município de Ipanguaçu, situado na região do Vale do Açu, a 211 km da capital do Estado do Rio Grande do Norte. O município possui uma área de 374 km² (IDEMA, 2005) e uma população de 13.444 habitantes (IBGE. Contagem da população 2007).

Distante aproximadamente 3 quilômetros do centro urbano, o espaço destinado a escola sempre teve o objetivo voltado ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Surgiu em 1921, como unidade pertencente ao Governo Federal, sob cuidados do Ministério da Agricultura, como campo experimental de sementes. Em 1940 foram construídas as primeiras residências, dez casas, por esse Ministério, para os seus trabalhadores. Após alguns anos, essa unidade passou para a administração do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS.

Hoje, a denominação “Base Física” excede a área da Escola, cujo entorno está ocupado por 132 residências e 261 habitantes, conforme dados coletados por Agentes do PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde. O nome de origem dessa comunidade era Malhada de Areia, mas em virtude da presença do referido campo experimental de sementes, seu nome passou por várias modificações, como Campos de Sementes, Posto Agropecuário e, por último, “Base Física” – Base de Seleção de Semente. Recentemente essa área, com 132 hectares, foi doada ao Centro Federal de Educação Tecnológica do RN para o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Ipanguaçu-RN.

A UNED Ipanguaçu iniciou seu funcionamento em setembro de 2006 e hoje atende à comunidade Vale do Açu e outros municípios circunvizinhos, como: Assu, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, São Rafael, Carnaubais, Pendências, Alto do Rodrigues, Porto do Mangue, Macau, Angicos, Lajes, Mossoró, Triunfo Potiguar, Paraú, e Guamaré. Oferece os cursos técnicos de ensino médio na modalidade regular Agroecologia e Informática, o curso técnico de ensino médio na modalidade EJA Agroecologia, e o curso técnico subsequente Sistemas de Informação.

Após décadas de centralização do ensino técnico federal na capital, a população da região do Vale do Açu e de outras regiões do interior do Rio Grande do Norte festeja a oportunidade proporcionada pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica do Governo Federal de poder concluir em lugar de origem o ensino médio com qualificação técnica em áreas de interesse voltadas para o desenvolvimento científico e sócio-econômico local. Desse modo, é grande a expectativa da população local em relação ao desenvolvimento que o CEFET-RN pode promover.

Sob essa ótica, no dia 26 de março de 2008, planejamos uma visita ao Assentamento Pedro Ezequiel de Araújo, localizado no município de Ipanguaçu.com 20 participantes: servidores técnicos e professores de diversos componentes curriculares. O objetivo foi conhecer a realidade do assentamento, bem como a de alguns alunos já pertencentes à escola e, ainda, a possibilidade da implantação do projeto PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária pela UNED Ipanguaçu com as comunidades assentadas da região, que se encontra em processo de elaboração e discussão.

Nessa visita, a comunidade apresentou aos servidores como ocorreu o processo desapropriação dessas terras e efetivação desse assentamento, além das características de suas agrovilas, as necessidades e expectativas da comunidade assentada em relação à atuação do CEFET-RN em prol do seu desenvolvimento.

2. SITUANDO O AMBIENTE VISITADO

O Assentamento Pedro Ezequiel de Araújo faz parte da desapropriação da Montenegro Agropastoril S/A – MASA, conhecida como a fazenda do Major Montenegro. Essa fazenda compreendia cerca de 300 km², cuja extensão abrangia parte dos municípios de Ipanguaçu, Angicos, Afonso Bezerra e Assu. Dentro dos limites dessa propriedade se encontra a Lagoa de Ponta Grande, considerada antes da desapropriação a segunda maior lagoa privada do Nordeste.

Manoel Montenegro, ou Major Montenegro, como era conhecido, foi o homem que dirigiu a propriedade da família desde meados de 1910. Corroborando as características oligárquicas predominantes na política do Estado àquela época, ao ser um dos maiores latifundiários do Estado, foi caminho natural que o Major Montenegro se tornasse homem de grande poder político na região, seguindo assim a tradição familiar de

atuar na política. Ao final da década de 1980, com idade avançada, passou a direção da propriedade aos seus filhos, vindo a falecer em 1989, com 95 anos.

O Assentamento faz parte do segundo momento de desapropriação da MASA. O ato de criação deste foi formalizado através de um decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicado dia 19 de maio de 2005, no Diário Oficial da União (DOU). Atualmente 529 famílias foram beneficiadas com a desapropriação de 150 km², distribuídos em sete agrovilas: Picada, Itu, Canto Claro, Língua de Vaca, Porto, Japiáçu e Lagoa de Pedra.

A comunidade residente no assentamento inclui em grande parte arrendatários e seus descendentes da época em que o Major Montenegro administrava a fazenda. Devido ao extenso período em que o Major Montenegro se manteve na direção da fazenda, as relações de arrendamento estabelecidas entre ele e a comunidade são hoje uma importante marca histórica local e deixaram fortes traços culturais na comunidade, observados nos relatos dos antigos arrendatários; nas formas de manejo agropecuário; nos confrontos originados entre os assentados e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – responsável pela desapropriação da área e distribuição das famílias nas agrovilas; nos conflitos existentes entre os antigos moradores e os jovens no que diz respeito à forma de gestão das agrovilas, aos mecanismos de participação social, etc.

As três agrovilas visitadas mostraram características bem distintas uma da outra. A agrovila de Picada (Fig. 01) é a mais desenvolvida do assentamento, com escola, posto de saúde e a casa da cultura, além de maior concentração populacional. Tem como maior referência a casa onde residia o Major Montenegro, ou seja, a sede administrativa da Fazenda. A casa foi construída em 1864 com alicerces de carnaúba, e continua de pé, imponente, à beira da Lagoa de Ponta Grande.



Fig. 1 – Agrovila de Picada, mar. 2008.

As atividades econômicas dessas agrovilas, embora possuam algumas semelhanças, tem suas peculiaridades. Em Picada destacam-se: agricultura, pecuária extensiva, artesanato e a criação de animais e pesca que giram em torno da lagoa de Ponta Grande. Essa lagoa é toda cercada por carnaubais, planta típica da região (Fig. 2) que fornece matéria-prima para o artesanato (palha e talo) (Fig. 3). Conforme relatos dos antigos moradores, nessa agrovila havia um Quilombo, anterior ao período em que o Major Montenegro passou a administrar a área, sendo possível encontrar remanescentes desse.



Fig. 2 - Características da paisagem local, com destaque da carnaúba, mar. 2008.



Fig. 3 – Atividade artesanal, matéria-prima da carnaúba, mar. 2008.

A agrovila de Porto tem como principal atividade econômica a pesca artesanal na lagoa de Ponta Grande. Os homens trabalham na pesca e as mulheres fazem o tratamento e beneficiamento do produto pescado. Ultimamente eles têm observado uma diminuição na quantidade de peixes na lagoa, e temem pelo fim da sua principal fonte de renda. É a comunidade mais distante do centro do município de Ipanguaçu (cerca de 30 minutos), e a que mais sofre com a falta de equipamentos públicos e com a dificuldade de acesso. Esse se torna mais difícil, no período de cheias dos rios Açu-Piranhas e Pataxós.

A agrovila de Itu é vizinha da agrovila de Picada. Suas principais atividades de geração de renda giram em torno da agricultura e da criação de animais. Atualmente, alguns moradores, estão em processo de mutirão para a construção de suas casas de alvenaria, substituindo as antigas casas de taipa, madeira e palha de carnaúba dos tempos do Major Montenegro, pois naquela época não era permitido a construção de casas de alvenaria, pra impedir que os arrendatários se fixassem na terra. Essa agrovila também se caracteriza pelo protagonismo de jovens moradores, envolvidos em questões do interesse coletivo da comunidade. As expectativas da comunidade é que os jovens possam estudar no curso de agroecologia da UNED Ipanguaçu,

para que possam otimizar as atividades econômicas locais e também exercer o papel de multiplicadores do conhecimento construído e repassado na UNED.

Cada agrovila possui uma Associação de Moradores para a gestão coletiva do assentamento. Apesar desse ser um modelo de gestão participativa, que concede a todos os moradores o direito de opinar e decidir sobre o uso da terra e o manejo dos recursos financeiros, há ainda conflitos constantes entre os moradores mais jovens e os mais antigos, que sempre fazem comparações com o modelo de gestão do Major Montenegro.

Segundo os relatos ouvidos por uma das autoras deste artigo em uma reunião de apresentação de um projeto da empresa Termoçu, realizada na antiga casa do Major, no dia 20 de fevereiro de 2008, os mais antigos acreditam que na época do Major Montenegro era melhor porque ele determinava como tudo devia ser – por exemplo, o local onde os animais podiam pastar; o Major não permitia que os animais pastassem perto da lagoa, e hoje os moradores tem a liberdade de decidir coletivamente o local para o pasto, mas eles não acreditam ou não enxergam que a Associação possa atuar na resolução de questões como essa, e reclamam porque agora os animais ficam livres e acabam destruindo pequenas hortas localizadas próximas à lagoa. Os participantes das Associações de Moradores acreditam que esses conflitos serão melhor resolvidos via processo de conscientização dos jovens para a importância da gestão coletiva e participativa, e esperam que eles possam levar essa compreensão para suas famílias.

Outra questão que mobiliza os antigos moradores do Assentamento diz respeito à distribuição das famílias nas áreas desapropriadas. Apesar dos esforços do INCRA em beneficiar a todos, a grande preocupação é que descendentes de famílias que estão na região desde a época do Major sejam assentados em áreas diferentes de onde nasceram e foram criadas até três gerações dessas famílias.

Esse processo ainda não foi concluído, embora a desapropriação tenha acontecido há três anos. Até o momento a comunidade continua morando nos mesmos ambientes e não passou a cultivar em seus lotes tendo em vista estes ainda não terem sido delimitados. Isso também tem-se tornado causa de angústia e desestímulo, pois convive com incertezas, ao mesmo tempo que almeja ansiosamente a concretização do ato que, para os assentados, ocorrerá com a construção das casas de alvenaria, delimitação e apropriação dos lotes e condições para cultivá-los.

3. IMPRESSÕES PROPORCIONADAS PELA VISITA

A primeira comunidade visita foi Itu. Um grupo se preparou para nos receber e nesse momento iniciou-se as falas, expondo características socioeconômicas, ambientais e culturas do assentamento, suas potencialidades e problemas e como se deu o processo de desapropriação da fazenda. Dialogamos por aproximadamente uma hora, ouvimos suas expectativas em relação à contribuição do CEFET-RN, UNED de Ipanguaçu para o desenvolvimento local. Em seguida, houve continuidade com a visita às comunidades de Picada e Porto, seguindo a mesma metodologia de diálogo (Figs. 4 e 5).



Fig. 4 – Conversa com representantes da Agrovila Itu, mar. 2008.



Fig. 5 – Conversa com grupo de jovens na casa da cultura, Agrovila Picada, mar. 2008.

Ao retornarmos à Escola, com intuito de registrar as impressões deixadas pela visita, aplicamos um questionário a aproximadamente 20% dos participantes, no qual abordamos três questões: 1) Quais foram as impressões que a visita lhe proporcionou? 2) No tocante ao seu fazer docente, que situações vivenciadas poderiam ser levadas para o seu fazer profissional/ o seu cotidiano escolar? 3) Diante das expectativas da comunidade assentada, em que você poderia contribuir para melhorar as condições de vida dessa população, seja na forma de projetos de extensão ou outro tipo de intervenção? As respostas foram agrupadas em algumas categorias, como: responsabilidade social, participação política, conhecimento da realidade, políticas públicas, dentre outras. Os resultados estão apresentados resumidamente nos itens abaixo:

1. As impressões proporcionadas pela visita – quanto a esse aspecto, houve unanimidade em reforçar que a visita foi um momento ímpar para conhecer a realidade local, bem como despertar para a responsabilidade social que a comunidade assentada espera do CEFET-RN, UNED – Ipanguaçu. Também foi evidenciado a necessidade de políticas públicas em geral para que esta possa desenvolver suas potencialidades, que, por sinal, são diversificadas: agricultura, pecuária, piscicultura, artesanato, dentre outras. Essa necessidade advém sob diversos aspectos, abertura de cursos regulares e na modalidade EJA em Agroecologia e Informática, bem como de extensão, para atender ao público mais diverso e demais necessidades e potencialidades existentes.

A seguir, destacam-se alguns registros dos participantes.

A visita me proporcionou a real importância da UNED, uma vez que se encontra inserida nesse meio. Quanto aos aspectos organizacionais da comunidade pude observar que apesar dos conflitos internos, as pessoas tentam soluções coletivas para seus problemas. Necessitam, contudo, de apoio técnico para superar determinadas situações limitantes. Outra constatação foi a diversidade de potenciais que a comunidade apresenta [...] (fala de um servidor 1).

Deparamos com uma realidade socioeconômica de grandes carências, mas com recursos naturais e humanos com potencial de desenvolvimento. (fala de um servidor 2).

Foi a minha primeira experiência de visita a um assentamento rural e de muita valia para mim, pois vi de perto a realidade em que se encontram. Eles necessitam realmente de nosso apoio e de nossa ajuda (fala de um servidor 3).

Pessoas guerreiras, com vontade de trabalhar, faltando apenas um pouco de incentivo [...] (fala de um professor 1).

A necessidade de se participar de modo mais efetivo da vida nos assentamentos rurais (fala de um professor 2).

2. Situações/reflexões vivenciadas poderiam ser levadas para cotidiano da sala de aula – essa questão estava mais direcionada para professores. Acredita-se que trabalhar a realidade vivenciada no espaço rural e luta pela conquista da terra pelo trabalhador rural excluído pelo modelo fundiário perverso adotado em nosso país torna-se uma necessidade, em prol da formação cidadãos conscientes e responsáveis no exercício de sua cidadania. Em se tratando da realidade local, parece ser bem mais urgente essa formação, tendo em vista a escola oferecer o curso de Agroecologia, bem como diante das potencialidades agrícolas existentes no vale do Açu. Nesse sentido, destaca-se a fala de alguns professores:

A própria experiência de ver as dificuldades dos assentados e o interesse de atuar cada vez mais de modo político (formar consciência crítica) (fala de um professor 2).

Diante da realidade vivida, podemos desenvolver tarefas de pesquisas [...] (fala de um professor 1).

Evidenciamos na fala dos participantes, o despertar para uma prática reflexiva, ponto de grande relevância que a visita proporcionou. Essa ação foi citada pela maioria como possibilidades de execução através de estudos do meio (visitas), pesquisas, leituras, etc.

3. Contribuição dos servidores e professores diante das expectativas da comunidade assentada – diante da realidade colocada pela comunidade, ficou evidente grande expectativa desta em relação a contribuição que a escola poderia proporcionar para melhoria da qualidade de vida local. Isso proporcionou aos servidores presentes refletir sobre sua participação individual em possíveis ações/intervenções que a escola venha oferecer. Cada um, conforme sua formação acadêmica citou exemplos de projetos de extensão, cursos, minicursos, oficinas que poderia vir oferecer, tais como: cursos básicos de informática, pesquisas na internet, literatura, cultura popular, produção textual, educação e gestão ambiental, elaboração de projetos, cooperativismo, agroecologia, etc.

Sob esse aspecto, convém destacar a fala de Freire (2001) ao nos mostrar que “programados para aprender” e impossibilitados de viver sem referência de um amanhã, onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar e há sempre o que aprender. Para tanto, é necessário encorajamento e compromisso com aqueles que acalentam o sonho por melhores condições de vida, mas conscientes de que sozinhos não conseguirão dar passos suficientes para conseguir tais ideais. Ainda citando esse autor, convém destacar que

... uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência de assumir-se... como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...] (FREIRE, 2001. p. 46).

A partir do encorajamento e compromisso com essa parcela significativa de excluídos que trava uma luta ou por melhores condições de vida no campo, cuja luta vai além de reivindicar o acesso à terra a partir da organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois inclui na pauta de reivindicações e, entre tantas outras, condições de permanência no campo que dar-se via condições dignas de produção, consumo e comercialização. Ou seja, uma reforma agrária que garanta a terra e também igualdade de condições para que os assentados produzam e comercializem sua produção e, assim possam permanecer no campo de forma organizada, digna.

Evidencia-se, portanto a necessidade de superar o modelo de produção e organização no espaço agrário que ao longo da história foi/é extremamente perversa seja com os recursos naturais, como os seres humanos, excluindo homem do campo/trabalhador rural da terra, através de uma política de concentração de terra nas

mãos de uma minoria, dos latifundiários, enquanto isso as reais necessidades do homem do campo dava/dá espaço ao capital especulativo, recheado de miséria e injustiça social que é consagrada pela ignorância e poucas perspectivas de qualidade de vida no campo.

Mudar esse quadro requer uma política não só de acesso à terra, mas de condições dignas para que o pequeno produtor rural. Ao tornar-se proprietário de um lote de terra, consiga sustentar-se e viver dignamente no campo. Isso significa condição de produção sustentável, via assistência técnica e acesso aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, abastecimento e segurança alimentar, educação, saúde, saneamento básico, acessibilidade, ou seja, uma política em seu sentido pleno voltado para a transformação social no campo. Todos esses anseios estiveram presentes na fala da comunidade assentada.

Para essa transformação, torna-se imprescindível oportunizar a cada cidadão o desenvolvimento de sua capacidade de vigiar e participar da instrumentalização das políticas públicas e em um projeto próprio para alcançar uma manipulação de recursos naturais mais racional e equitativo e um entorno mais habitável. Isso significa inseri-los na eterna (re)criação e colaboração para uma sociedade com menos injustiças, seja ela social ou biológica. Isso requer a superação também da dívida do Estado com a ignorância que o homem do campo da qual é vítima ao longo de sua vida, tendo em vista que participação política requer conhecimento da realidade, visão crítica do mundo em que vive, reconhecimento enquanto sujeito de direito, isto é, de um verdadeiro cidadão. A sustentabilidade no/do campo perpassa por esse caminho, trilhá-lo é um desafio, uma resposta e um débito que a política agrária e agrícola nesse país não conseguiu ainda quitá-lo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre a realidade do entorno da escola em que se trabalha torna-se imperativo para que a prática educativa possa colaborar para formação de sujeitos que refletem sobre o meio em que vivem e se encorajam em busca de transformações possíveis. É a partir desse encorajamento, da formação de sujeitos protagonistas que se buscam alternativas para a sustentabilidade local.

Claro que essa formação passa por um novo olhar, entendimento sobre escola, educação, ensino, aprendizagem, postura de educadores, ou seja, exige um modo peculiar de fazer educação, bem como construir uma instituição que viabilize um processo educativo que possa atuar/mudar, ao construir estratégias de escolarização para a produção de oportunidades concretas, incluindo as necessidades básicas de aprendizagem. Tais necessidades devem contemplar o fortalecimento da visão ética e cidadã, a partir da valorização de aprendizagens ativas que (re)valorize e (re)signifique o aporte cultural de cada pessoa e da comunidade e incentivando a solidariedade, o comprometimento com a construção da cidadania e com a sustentabilidade da vida. Nesse sentido, o horizonte a se oferecer tem como ponto de partida uma modernidade ética, e não apenas uma modernidade técnica, ou seja, uma ciência cidadã, cujo vetor de contribuição deveria ser o comprometimento com o bem-estar social e conservação do meio natural.

Sob essa ótica, torna-se evidente que o compromisso com uma prática educativa reflexiva não pode emergir de um modelo educacional elitista, cuja formação dos sujeitos educando está mais atrelado à cultura do “ter” do que com a do “ser”. Conseqüentemente, esses sujeitos por conhecerem pouco suas realidades, mascaram e desprezam por não se verem enquanto agentes de mudanças. Esse modelo educacional favorece e perpetua as desigualdades gritantes entre as nações, bem como dentro delas.

Torna-se evidente que é essencial um novo processo educativo que procure conhecer as reais necessidades do educando e da comunidade em que está inserido na perspectiva de possibilitar pensar as possibilidades de um dia-a-dia mais promissor para aqueles que vivenciam o entorno da escola. Nesse contexto, o educador e demais servidores surgem como sujeitos importantes na transformação da escola e meio praticando uma educação mais democrática e solidária tão importante para o mundo de hoje. Foi com esse olhar que planejamos e realizamos a visita a esse assentamento.

Quanto à instituição escolar esta se deve pautar em sua função social, via projeto político pedagógico que possa favorecer a sua comunidade escolar os mecanismos viáveis para uma formação técnico-cidadão dotada de competências e habilidades que possam atuar em sua realidade, com compromisso e pertencimento social, e o encorajado na busca de soluções para os problemas vivenciados no cotidiano da comunidade. Espera-se, portanto, que o CEFET-RN, UNED de Ipangaçu possa favorecer condições, bem como sensibilizar/estimular seus servidores para que estes possam vir atender aos anseios dessa comunidade tão carente de bens materiais e intelectuais.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários á prática educativa 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

IBGE. **Contagem da população 2007.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>
Acesso em 29 de jul. 2008.

IDEMA. **Perfil de seu município:** Ipanguaçu. Natal-RN: IDEMA, 2005. v. 06, p. 1-22.